



CRIME ORGANIZADO

Brasil e Irlanda miram tráfico de mulheres

Organização criminosa explorava brasileiras em 14 países e movimentava R\$ 5 milhões por ano desde 2017

» RAFAELA BOMFIM*

Uma rede criminosa que aliciava brasileiras com falsas promessas de trabalho e estudo para exploração sexual no exterior foi alvo de uma operação internacional, ontem. De acordo com a Polícia Federal, o grupo atuava desde 2017, mantinha vítimas sob vigilância em 14 países e lucrava cerca de R\$ 5 milhões por ano.

A ação foi conduzida no Brasil e na Irlanda, de forma simultânea. No Brasil, recebeu o nome de Operação Cassandra. No país europeu, ficou conhecida como Operation Rhyolite. A ofensiva envolveu a Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério Público Federal, a Europol e a Garda National Protective Services Bureau, da Irlanda.

Foram mobilizados 120 policiais federais e sete auditores da Receita para o cumprimento de cinco mandados de prisão preventiva e 30 de busca e apreensão em seis estados. A Justiça Federal também determinou 13 medidas cautelares, como entrega de passaportes e proibição de contato com as vítimas.

Na Irlanda, autoridades locais prenderam três suspeitos e realizaram buscas em imóveis e estabelecimentos ligados à organização criminosa.

Vítimas sob controle

As investigações identificaram aproximadamente 70 mulheres submetidas à exploração. O aliciamento ocorria no Brasil, com promessas de empregos bem remunerados e bolsas de estudo. Para viabilizar a saída das vítimas, o grupo usava documentos falsos e vistos obtidos de maneira fraudulenta, com o objetivo de burlar o controle migratório.

Em nota, a Polícia Federal informou que "a Operação Cassandra busca desarticular uma organização criminosa transnacional envolvida em tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, rufianismo, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema

Divulgação/Polícia Federal



A PF mobilizou 120 agentes para o cumprimento de cinco mandados de prisão preventiva e 30 de busca e apreensão em seis estados

Crimes investigados

Os suspeitos poderão responder por

- » Organização criminosa;
- » Tráfico internacional de pessoas;
- » Exploração sexual;
- » Rufianismo (lucro com prostituição alheia);
- » Falsificação de documentos;
- » Lavagem de dinheiro;
- » Crimes contra o sistema financeiro nacional;
- » Sonegação fiscal.

financeiro nacional e crimes tributários. Até o momento, foram identificadas cerca de 70 mulheres exploradas. Para ocultar e usufruir os altos ganhos ilegais, o grupo criminoso empregava diferentes mecanismos de lavagem de dinheiro,

fraudes documentais e crimes financeiros".

As mulheres eram encaminhadas para países como Irlanda, Reino Unido, Nova Zelândia, México, Croácia, Grécia, Israel, Singapura, Arábia Saudita e África do Sul.

No destino, eram monitoradas de perto pela organização criminosa, que controlava a agenda de atendimentos, recebimentos e os lucros obtidos com a exploração.

Estrutura financeira

O esquema tinha um funcionamento empresarial. Estimativas apontam que o grupo movimentava R\$ 700 mil por mês. O dinheiro era canalizado para empresas de fachada no Brasil e também aplicado na compra de imóveis, veículos, fundos de investimento e criptoativos. A estratégia era dar aparência de legalidade aos recursos obtidos com o crime.

Segundo o Ministério Público Federal, "desde 2017, o grupo atuou em 14 países, aliciando brasileiras com falsas promessas e as

levando de forma irregular ao exterior para exploração sexual. A organização faturava cerca de R\$ 5 milhões por ano. Foram pedidos cinco mandados de prisão contra os principais integrantes do esquema e bloqueio de bens, valores em contas bancárias e criptoativos ligados a 15 empresas de fachada".

Além dos líderes, a investigação identificou núcleos financeiro e operacional no Brasil e no exterior, que atuavam para manter a rede ativa e dificultar a identificação das operações ilícitas.

Crimes apurados

Os investigados poderão responder por organização criminosa, tráfico internacional de pessoas, exploração sexual, rufianismo (lucro obtido a partir da prostituição

de outras pessoas), falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crimes contra o sistema financeiro nacional.

Santa Catarina concentrou a maior parte da operação no Brasil. Foram realizados mandados em cinco cidades: São José, Florianópolis, Camboriú, Biguaçu e Palhoça. No total, houve três prisões preventivas em São José e uma em cada uma das demais cidades. Em São Paulo, os mandados foram cumpridos na capital, em Barueri e em Franca. No Rio de Janeiro, houve duas buscas e uma prisão preventiva. Em Curitiba, no Paraná, foi cumprido um mandado de busca e apreensão. Em Cuiabá, no Mato Grosso, houve uma busca. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, também foi executado um mandado de busca.

Cooperação

A investigação foi possível por meio do acordo de cooperação firmado em março de 2025 entre o governo brasileiro e a União Europeia. O instrumento permitiu ampliar o compartilhamento de informações entre a Polícia Federal e a Europol, fortalecendo a articulação para o combate ao tráfico internacional de pessoas.

Segundo Marina Bernardes, coordenadora-geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, "o tráfico de pessoas não conhece fronteiras e exige respostas conjuntas para proteção das vítimas e responsabilização das organizações criminosas".

Para impedir a continuidade do esquema, a Justiça determinou o bloqueio de bens em nome dos investigados e de empresas utilizadas para lavagem de dinheiro. Foram incluídos imóveis, veículos, valores em contas bancárias e carteiras de criptoativos. Ao todo, 15 empresas em nome de laranjas tiveram bens e ativos congelados.

O Ministério da Justiça reforça que denúncias de tráfico de pessoas podem ser feitas no Brasil por meio do Disque 100, do Ligue 180 ou pelo sistema Comunica PF. No exterior, vítimas e testemunhas devem procurar embaixadas e consulados brasileiros.

Deputado do Rio de Janeiro é preso por ligação com CV

» CAETANO YAMAMOTO

O deputado estadual do Rio de Janeiro Thiego Raimundo dos Santos Silva (MDB), conhecido como TH Joias, foi preso, ontem, por suspeita de envolvimento com a facção criminosa Comando Vermelho (CV). Com a prisão, no âmbito da operação Zargun, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) cassou o mandato do parlamentar.

As ações, conduzidas pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e Polícia Civil do estado tiveram o objetivo de desarticular uma organização criminosa ligada ao CV. O grupo é especializado no tráfico internacional de armas e drogas, na corrupção de agentes públicos e na lavagem de dinheiro.

O grupo é acusado de manter vínculos estáveis com a facção, atuando nos Complexos da Maré e do Alemão e na comunidade de Parada de Lucas. Os suspeitos são apontados como intermediários na compra e venda de drogas,

armas e equipamentos antidrones, usados para dificultar operações policiais, além de movimentar grandes quantias em dinheiro para financiar as atividades da organização.

Cargos na Alerj

Segundo o MPRJ, Th Joias teria usado o mandato para favorecer a facção, nomeando criminosos para cargos na Alerj e intermediando diretamente a compra e venda de drogas, armas e aparelhos antidrones, além de efetuar pagamentos a integrantes do Comando Vermelho.

Além de TH, foram presos Gabriel Dias de Oliveira, o Índio do Lixão, apontado como traficante; Luiz Eduardo Cunha Gonçalves, o Dudu, assessor de TH Joias na Alerj; o ex-secretário Alessandro Pitombeira Carracena; o delegado da Polícia Federal Gustavo Steel, que estava de plantão no Aeroporto Internacional do Rio e Janeiro (Galeão); e três policiais militares. Ao todo, houve 15 prisões.

Um dos suspeitos é apontado como líder responsável pelo controle financeiro do grupo; outro atuava como tesoureiro, cuidando do armazenamento de drogas; e o quarto denunciado fornecia equipamentos especializados à facção, especialmente dispositivos antidrones; a quinta acusada, nomeada para um cargo na Alerj, servia como elo entre o grupo criminoso e o Legislativo.

"São necessárias ações de prevenção para evitar que pessoas envolvidas com atividades criminosas obtenham o registro de candidatura. Deve haver uma investigação prévia mais efetiva. Estamos atuando para que haja limpeza dos órgãos públicos quando identificada a presença de pessoas ligadas ao crime", afirmou Antonio José Moreira.

A operação determinou o sequestro de bens e valores dos investigados, totalizando R\$ 40 milhões.

*Estagiários sob supervisão de Edla Lula

Divulgação/Alerj



O deputado estadual TH Joias foi preso durante a operação Zargun



São necessárias ações de prevenção para evitar que pessoas envolvidas com atividades criminosas obtenham o registro de candidatura. Estamos atuando para que haja limpeza dos órgãos públicos quando identificada a presença de pessoas ligadas ao crime"

Antonio José Moreira,
procurador-geral de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro